

MODELOS E PARADIGMAS EM HISTÓRIA ANTIGA

Josiah Ober¹Tradução: Moisés Antiqueira²

Assim como não se pode criar uma figura geométrica sem postulados preliminares, é impossível escrever história sem empregar, *a priori*, suposições e analogias. Refletir sobre a história, bem como em relação a outros processos cognitivos, requer que se mova do mais simples para o mais complexo, daquilo que é mais bem conhecido para aquilo que é menos. Consequentemente, todos os historiadores utilizam modelos, estejam ou não conscientes desse processo. Aqueles historiadores, que desejam assinalar as premissas dos modelos que empregam,

expõem à avaliação dos críticos as bases teóricas de seus estudos. Isto, a meu ver, configura um ponto positivo.

Os modelos históricos são derivados da experiência e da razão de um indivíduo, ou de um grupo, e não há modelo isento de valores. O uso de modelos compreende a transposição, para o passado, de aspectos da ideologia que não são próprios daquele passado. Ideologia, de acordo com a minha definição, inclui suposições a respeito da natureza e do comportamento humano, opiniões acerca da moralidade e da ética,

¹ Professor do departamento de Ciências Políticas e de Estudos Clássicos da Universidade de Stanford. Email: jobe@stanford.edu

² Professor vinculado ao curso de História da UNIOESTE – *campus* de Marechal Cândido Rondon. Email: mantiqpira@yahoo.com.br

MODELOS E PARADIGMAS EM HISTÓRIA ANTIGA

princípios políticos gerais e atitudes diante das relações sociais.³ Logo, no que concerne à minha proposta, a utilização de modelos configura uma parte inevitável do processo historiográfico e, invariavelmente, os modelos envolvem a importação de ideologia. Ademais, a escolha do modelo e da estrutura é influenciada pela ideologia. Na medida em que é impossível, para aquele que emprega um determinado conjunto de modelos, entender todos os aspectos ideológicos dos modelos que ele utiliza, a objetividade perfeita resulta impossível. Mas esta conclusão não deve ser motivo de desespero. A tomada de consciência em relação à influência da ideologia auxiliará os historiadores a compreender as principais restrições inerentes a qualquer modelo. E, tal como Chester Starr o apontou, faz parte do trabalho dos críticos o apontamento de fatores ideológicos para os quais o próprio autor não se mostrou atento.⁴

Há, é claro, uma grande diversidade de modelos para a escolha do historiador, variando em suas origens e nos clamores por veracidade que estabelecem em benefício próprio. Alguns modelos proclamam uma exclusiva e universal validade: o materialismo marxista tradicional, por exemplo, declara ter descoberto a chave universal para a mudança social a partir da evolução da relação entre as classes no interior do modo de produção; todos os fenômenos que não se enquadram neste modelo são vistos pelos marxistas tradicionais como

“epifenômenos” ou parte da “superestrutura” e, assim sendo, indignos de um estudo mais sério. Outros modelos são derivados da análise de circunstâncias históricas específicas e aplicados para circunstâncias históricas menos conhecidas. Estes “modelos circunstanciais” não se baseiam, tipicamente, em alegações universalistas acerca da verdade e tampouco assumem uma exclusividade em termos explanatórios. Ao contrário, são defendidos tendo por base a sua adequabilidade. A questão que se faz a partir de tal modelo não é “este modelo explicará toda a história?”, mas antes “ele ajudará a esclarecer aspectos específicos de uma sociedade sobre a qual estou interessado?”.

Tendo em vista a incapacidade do historiador no sentido de alcançar uma posição “externa”, objetiva, livre de ideologias, não deveriam todos os modelos ou produtos historiográficos derivados daqueles necessariamente serem considerados como possuidores de um valor analítico/explanatório equivalente entre si? A resposta intuitiva é, certamente, “não”. E penso que esta conclusão intuitiva pode ser defendida, se nós substituirmos o propósito inatingível da “verdade objetiva” pela busca por “significado e utilidade”.

A realidade do passado histórico nunca pode ser reproduzida – e, portanto, nunca pode ser completamente compreendida. Mas o passado pode ser *representado* de maneira significativa e útil. Com isto, quero dizer que nenhum produto historiográfico pode recriar o passado em toda a sua riqueza e complexidade, mas o historiador pode almejar modelar o passado sob formas que sejam tanto aceitáveis quanto passíveis de comprovação. Considere a analogia oferecida pela cartografia. Nenhum mapa

³ Para uma definição mais aprofundada, cf. OBER, Josiah. *Mass and elite in democratic Athens: rhetoric, ideology and the power of the people*. Princeton: Princeton University Press, 1989. p. 38-40. Este livro se pretende enquanto um exemplo de abordagem dos modelos e paradigmas que advogo no presente artigo.

⁴ STARR, Chester G. *The flawed mirror*. Lawrence: Kansas City, 1983. p. 32.

consegue reproduzir a realidade, mesmo a de uma pequena região geográfica, em qualquer momento dado. Nenhum modelo de escala pode fazer justiça a toda complexidade da topografia, geologia, biologia, distribuição demográfica e assim por diante, no que tange, digamos, à moderna Ática.⁵ E, em que pese isto, é possível produzir mapas da Ática que são tanto significativos quanto úteis. Por exemplo, um mapa rodoviário da Ática que possibilitasse a uma motorista dirigir do promontório de Súnion para Maratona, sem que ela se perdesse, representa aspectos significativos da Ática de um modo útil. Por sua vez, nossa hipotética motorista pode testar o mapa contra suas próprias percepções. Se, à medida que ela dirige, ela percebe muitas encruzilhadas ou trevos que não constam do mapa rodoviário, ela julgará o mapa inadequado e, pois, inútil. Por outro lado, talvez ela perceba também a existência de edificações, árvores e formações geológicas que não foram detalhadas no mapa rodoviário. Mas isto não a levaria a afirmar que o mapa seria inútil, visto que o interesse principal da motorista é se deslocar de Súnion para Maratona e o mapa se arroga ser apenas um mapa rodoviário, não um mapa universal que contém todas as características perceptíveis. Se a motorista está interessada nesses outros aspectos da Ática, ela pode se voltar para outros mapas que não exibem estradas, mas que antes representam, de uma maneira significativa, características geológicas, topográficas e etc.. Cada mapa será julgado pelos seus usuários de acordo com a sua clareza e a sua precisão ao representar aquilo que alega representar.

⁵ NT: a Península da Ática corresponde à área geográfica em que se localiza a cidade grega de Atenas.

Um modelo histórico ou produto historiográfico deve representar algum aspecto do passado de uma forma que seja significativa e útil. Por “útil”, quero dizer que o modelo – tal como um mapa – devesse auxiliar o leitor/usuário a ir de um ponto para outro: diacronicamente de um ponto do passado para outro ou sincronicamente de um conjunto de fenômenos para um conjunto coetâneo de fenômenos. O leitor/usuário de um modelo (e aqui eu incluo produtos historiográficos os quais, por si mesmos, “modelam” ou representam aspectos do passado) julgará o modelo a partir de critérios similares àqueles empregados por nossa hipotética motorista. O leitor questionará se o modelo dá conta de todos os fenômenos perceptíveis – isto é, a evidência apresentada ao leitor – que ele deveria englobar, considerado o escopo que o modelo proclama abranger. Se o leitor tem ciência de um significativo corpo de evidências relevantes, as quais o modelo não contempla, ele provavelmente julgará o modelo como inútil. Este é, penso, o processo que tem conduzido muitos historiadores a rejeitar os clamores por modelos universalistas/exclusivistas. Por outro lado, o leitor pode considerar que o modelo introduziu características que comprovadamente não existiam no passado. Um exemplo seria demonstrado por A. W. Gomme, quanto à falta de validade da aplicação dos modernos modelos de operações navais no que diz respeito à navegação militar entre os antigos, uma vez que as antigas navas de guerra não poderiam permanecer nos mares por mais do que dois ou três dias.⁶ O critério da “utilidade”, portanto, permite testar os modelos e conseqüentemente

⁶ GOMME, Arnold Wycombe. A forgotten factor of Greek naval strategy. *Journal of Hellenic Studies*, Londres, vol. 53, p. 16-24, 1983.

MODELOS E PARADIGMAS EM HISTÓRIA ANTIGA

decidir que o “modelo A” é melhor que o “modelo B”.

Um modelo ou produto historiográfico é (de acordo com minha proposta) “significativo” na medida em que faça sentido para os leitores e possua valor heurístico para eles: ou seja, na medida em que auxilie as pessoas a agir no “mundo real” e a avaliar, por si mesmas, o significado e as implicações de suas ações e das ações dos outros, ao analisar tais ações em um contexto mais amplo. O estudo da Antiguidade não corresponde a um sistema fechado, autorreferente. As interpretações a respeito do passado inevitavelmente se encaixam em contextos extradisciplinares, e podem afetar, de maneira significativa, a tomada de decisões e as ações por parte de “não historiadores” – como deixa claro, por exemplo, o corrente “debate entre os historiadores” na Alemanha.⁷ A maior parte dos historiadores, creio, intuitivamente compreende a função heurística de se interpretar o passado e reconhece que as ações humanas dispõe de validade moral; e esta compreensão intuitiva torna improvável que os historiadores tratarão todos os modelos como se possuíssem valor equivalente.

Para que o passado seja acessível enquanto ferramenta heurística, é preciso que seja ordenado: todo indivíduo deve, em um determinado momento, “ajeitar” certos modelos ao conceder a eles uma primazia explanatória. Os historiadores profissionais normalmente assumem (ou, ao menos, procuram assumir) o controle do

⁷ NT: O “debate entre os historiadores” (*Historikerstreit*, em alemão), se refere à controvérsia política e intelectual que eclodiu na então Alemanha Ocidental na segunda metade da década de 1980, no que respeitava às atrocidades cometidas pelo regime nazista e os possíveis paralelos que poderiam, ou não, ser estabelecidos com crimes engendrados no interior da União Soviética.

processo de ordenamento/preparação porque, entre outros: a) eles próprios são chamados para esclarecer o passado de uma maneira que seja significativa para os não profissionais (por exemplo, em palestras para graduandos) e eles mesmos reconhecem sua obrigação social de fornecer uma avaliação plausível; b) eles sentem que possuem um interesse “corporativo” em controlar as interpretações a respeito do passado; e c) eles têm um desejo racional de, baseado em parte em um interesse próprio, constatar que as interpretações do passado utilizadas por políticos, por exemplo, estejam alicerçadas nos mais altos padrões possíveis de honestidade e rigor.

Um conjunto integrado de modelos explanatórios pode ser descrito como um paradigma; um conjunto de modelos consagrados que permaneça, em geral, utilizado por um longo período de tempo, é chamado de paradigma dominante. O conceito de paradigma foi desenvolvido por Thomas Kuhn em sua análise da sociologia do conhecimento científico.⁸ Kuhn argumentou que a história da ciência moderna poderia ser explicada pelo consequente estabelecimento, questionamento e superação de uma sequência de paradigmas. Conforme Kuhn, os cientistas de qualquer área tendem a aderir a um único paradigma até o momento em que se ameele uma massa

⁸ KUHN, Thomas S. *The structure of scientific revolutions*. 2nd. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1970. (NT: No Brasil, a edição mais recente da obra corresponde à: KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011). Este artigo é uma versão revisada da introdução à comunicação que apresentei como parte de um simpósio temático sobre “A Reconstrução da História Política Ateniense”, durante reunião da Associação Filológica Americana, realizada em janeiro de 1989. Gostaria de agradecer aos colegas que participaram do simpósio e aos membros da plateia por seus esclarecedores comentários e críticas.

crítica de dados não explicados por aquele paradigma. O antigo paradigma é então descartado e se adota um novo, capaz de dar conta dos dados conhecidos. Um paradigma histórico dominante, pois, consistirá na principal ferramenta explanatória que a maioria dos historiadores de uma dada época provavelmente utilizará para analisar “x” aspectos de uma determinada sociedade do passado.

A formulação de um paradigma histórico, por sua natureza, inevitavelmente acaba por enfatizar a importância de certas categorias da atividade social e certos produtos culturais do passado, ao passo que obscurece outras. O processo de ordenamento supõe que as atividades e os produtos salientados pelo paradigma sejam “fundamentais” para uma compreensão heurísticamente significativa da sociedade em questão. As categorias da atividade e os produtos culturais relegados a um segundo plano, de acordo com o paradigma dominante, podem não desaparecer de vista, mas são necessariamente apresentadas de forma a parecerem relativamente insignificantes. Isto pode, obviamente, ser problemático como, por exemplo, no caso de longevos paradigmas dominantes que obscurecem a contribuição das mulheres e a opressão que sofreram nas sociedades grega e romana. Porém, a inevitável tendência dos paradigmas, no sentido de enfatizar ou obscurecer, não é um argumento contra os paradigmas, mas antes um argumento em favor de um processo contínuo de reformulação dos mesmos.

O desenvolvimento e a aplicação de paradigmas históricos são, acredito, necessários e inevitáveis, dada a sociologia do conhecimento histórico. Mas, ao contrário dos cientistas, os historiadores da Antiguidade não dispõem do benefício de

um constante acúmulo de novos dados significativos, a partir dos quais nossos paradigmas poderiam ser averiguados e questionados. O perigo, portanto, reside no fato de nossos paradigmas se tornarem ossificados e seus pressupostos ideológicos ocultados, graças ao emprego constante dos mesmos. Talvez nos inclinemos a esquecer de que os paradigmas que usamos repousam sobre modelos baseados em ideologias, a ponto de começarmos a conceber nossos produtos paradigmáticos como a “verdade objetiva”. Enquanto isto, tendo em mente os avanços em outras disciplinas acadêmicas e as alterações no sistema de valores da sociedade como um todo, a ideologia que subsiste em nossos paradigmas pode se tornar exponencialmente alheia aos interesses daqueles que se situam fora de nosso campo do conhecimento. O resultado deste processo é que o valor heurístico das leituras “profissionais” acerca da Antiguidade, enquanto meio para a explicação do presente, é diminuído, e nosso trabalho perde sentido (contemporâneo). Ao final, a historiografia sobre a Antiguidade pode acabar reduzida a debates intradisciplinares a respeito de questões que são de primordial significância dentro de nosso paradigma, mas desprovidas de sentido para qualquer um fora de nosso campo. Entrementes, dado o valor heurístico intrínseco à ideia de Antiguidade, a função de interpretá-la para um público mais vasto será assumida por pessoas que talvez não tenham o conhecimento adequado ou o respeito pelas evidências. Portanto, eu sugeriria que os historiadores dedicados à Antiguidade devessem não apenas estar dispostos a verificar os seus próprios modelos, e os modelos de seus pares, à luz das evidências disponíveis, mas devessem refletir longa e arduamente sobre os pressupostos

MODELOS E PARADIGMAS EM HISTÓRIA ANTIGA

ideológicos vinculados aos seus paradigmas dominantes. Se não questionarmos a nós mesmos, nos tornaremos simplesmente irrelevantes. E isto, a meu ver, é algo prejudicial.